



Atuação do NAPI Alimento e Território por meio da Pesquisa-Ação na Comunidade Agroflorestal José Lutzenberger em Antonina/PR

Action of the NAPI Alimento e Territorio through Action-Research in the José Lutzenberger Agroforestry Community in Antonina/PR

Cintia Virginia da Campos¹
Aline Lima Gomes²
Paulo Rogério Lopes³

RESUMO

Este estudo faz parte do programa de Novos Arranjos de Pesquisa e Inovação - NAPI Alimento e Território, tendo como território-alvo a Comunidade Agroflorestal José Lutzenberger, localizada no município de Antonina, Litoral do Paraná. Tem como objetivo compreender como a pesquisa-ação, realizada na Comunidade, pode contribuir para o fortalecimento do coletivo nas ações voltadas à reestruturação da Agroindústria presente no território. A metodologia utilizada foi a pesquisa-ação através de rodas de conversa, reuniões, entrevistas semiestruturadas e oficinas temáticas. Houve a participação efetiva e coletiva das famílias assentadas em todos os processos, desde a identificação do problema até a elaboração de estratégias para sua resolução de forma horizontal, gerando produção e troca de conhecimentos e saberes. Do início das ações, em setembro de 2023, até o presente momento, foi possível identificar maior adesão e fortalecimento das ações coletivas direcionadas à Agroindústria, bem como a conscientização sobre a sua importância para o desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: metodologia participativa; agroindústria; agrofloresta; atores locais; ações coletivas.

¹ Estudante de graduação em Ciências Ambientais pela Universidade Federal do Paraná. E-mail: cintiacampos@ufpr.br. ORCID iD: 0009-0006-8622-0216.

² Mestrado em Agronomia pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Doutoranda em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Paraná. E-mail: alinegomes@ufpr.br. ORCID iD: 0000-0002-2643-1533.

³ Pós-Doutor em Recursos Florestais pela ESALQ-USP. Professor da Universidade Federal do Paraná, atualmente é coordenador do curso de Agroecologia da UFPR Litoral. Atua como professor pesquisador no Programa de pós-graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável. E-mail: agroecologialopes@ufpr.br.



ABSTRACT

This study is part of the New Research and Innovation Arrangements Program - NAPI Alimento e Território, targeting the José Lutzenberger Agroforestry Community located in the municipality of Antonina, Paraná Coast. Its objective is to understand how action research conducted in the Community can contribute to strengthening the collective in actions aimed at restructuring the agroindustry present in the territory. The methodology used was action research through conversation circles, meetings, semi-structured interviews, and thematic workshops. There was effective and collective participation from the settled families in all processes, from problem identification to the development of strategies for its resolution in a horizontal manner, fostering knowledge production and exchange. From the beginning of the actions in September 2023 to the present, it has been possible to identify increased adherence and strengthening of collective actions directed towards the agroindustry, as well as awareness of its importance for sustainable development.

Keywords: *participatory methodology; agroindustry; agroforestry; local actors; collective actions.*

Introdução

A Comunidade Agroflorestal José Lutzenberger é um assentamento da reforma agrária organizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Litoral do Paraná, tendo sua existência diretamente vinculada ao uso social da terra e ao trabalho coletivo dedicado à produção sustentável de alimentos saudáveis. Neste contexto, a reestruturação da Agroindústria surgiu enquanto uma estratégia para potencialização e diversificação da produção desses alimentos, bem como uma alternativa de geração de renda para as famílias assentadas, fortalecendo assim a permanência destas no território.

As agroindústrias rurais podem ser consideradas ferramentas de desenvolvimento, uma vez que favorecem a agricultura familiar, fortalecem a capacidade dos atores locais e permitem a geração de renda e a retenção do valor agregado (Boucher; Gonzáles, 2013). Para Mior (2005):

A agroindústria familiar rural é uma forma de organização em que a família rural produz, processa e/ou transforma parte de sua produção agrícola e/ou pecuária, visando sobretudo à produção de valor de troca que se realiza na comercialização. Enquanto o processamento e a transformação de alimentos ocorrem geralmente na cozinha das



agricultoras, a agroindústria familiar rural se constitui num novo espaço e num novo empreendimento social e econômico.

Segundo Mior (2005), a atividade de processamento de alimentos nas propriedades dos agricultores se constitui numa importante estratégia da agricultura familiar. Para o autor, o desenvolvimento da agroindústria nos territórios pode contribuir positivamente no fortalecimento da economia local e dos sistemas agroecológicos de produção. Dessa forma, é importante ressaltar que as agroindústrias colaboram para o desenvolvimento territorial por atuar na diversificação dos produtos ofertados pelas famílias pertencentes ao arranjo e fortalecer a geração de novas interações sociais (Albarello; Alberto Junior; Deponti, 2019).

Neste contexto, valorizar as potencialidades locais, por meio da reestruturação da Agroindústria existente no território da Comunidade alvo deste estudo, configura uma importante estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. Dessa forma, as ações desenvolvidas junto à Comunidade, acontecem a partir de práticas de ensino, pesquisa e extensão baseadas na metodologia de pesquisa-ação, tendo em vista que os atores locais devem ser protagonistas do desenvolvimento de seu território (Carrière; Cazella, 2003; Pecqueur, 2005; Sen, 2018).

Diante disso, o estudo tem como objetivo compreender como a pesquisa-ação, realizada com a Comunidade Agroflorestral José Lutzenberger, pode contribuir para a mobilização do coletivo nas ações voltadas à reestruturação da Agroindústria presente no território, em prol do desenvolvimento territorial sustentável.

Do ponto de vista estrutural, o presente estudo está organizado em 2 partes, além desta introdução e das considerações finais. A primeira apresenta a pesquisa-ação, metodologia utilizada para a condução deste estudo. A segunda evidencia a operacionalização da metodologia, apontando as ações desenvolvidas na comunidade, descrevendo todas as etapas do processo metodológico: levantamento bibliográfico, reconhecimento do território e dos atores locais, construção e execução do plano de ação, sendo esta última a etapa em que se encontra o estudo atualmente.

Pesquisa-ação: enfoque metodológico



A pesquisa-ação é um método de pesquisa social que busca construir conhecimentos científicos através da ação coletiva, considerando aspectos sociopolíticos com ênfase empírica que foca na ação transformadora para resolução de situações problemáticas (Thiollent, 2011). Nesse sentido, para reduzir a distância entre teoria e prática, preserva-se as especificidades da abordagem da ciência e da abordagem da ação (Dionne, 2007).

Considerada uma metodologia de caráter emancipatório, a pesquisa-ação se consolida quando a “[...] ação transformadora é percebida enquanto necessária pelo próprio grupo alvo da pesquisa, por meio de um processo de reflexão crítica coletiva, onde os pesquisadores atuam enquanto mediadores” (Franco, 2005). Segundo Verdejo (2006), as comunidades devem participar ativamente na construção do próprio diagnóstico para que possam a partir desse autogerenciar seu planejamento e desenvolvimento.

A partir de uma síntese dos trabalhos de Thiollent (2011), Morin (2004) e Dionne (2007) é possível afirmar que a metodologia de pesquisa-ação possui cinco características principais: 1) na pesquisa-ação é imprescindível a interação entre pesquisadores e atores; 2) toda pesquisa-ação requer objetivos de conhecimento e objetivos de ação; 3) o conhecimento produzido a partir da pesquisa-ação é original; 4) a pesquisa-ação tem seus próprios critérios de objetividade científica e 5) a pesquisa-ação tem uma função sociopolítica.

A primeira característica versa sobre a interação pesquisadores/atores, ou seja, uma interação em que atores e pesquisadores participam ativamente da pesquisa, desde sua construção até a resolução dos problemas coletivos. Segundo Dionne (2007) a presença do hífen presente no termo pesquisa-ação destaca a aliança entre pesquisadores e atores em uma atuação conjunta. Para Morin (2004), a ação conjunta entre pesquisadores e atores é diretamente proporcional à integralidade da pesquisa-ação, ou seja, quanto maior for o envolvimento das duas categorias, mais integral será a Pesquisa-Ação.



Essa ação conjunta entre atores e pesquisadores se contrapõe ao método positivista, uma vez que neste método o sujeito (pesquisador) e objeto (atores) não atuam de maneira conjunta e igualitária, sob pretexto de se preservar a neutralidade do pesquisador. A Pesquisa-Ação estabelece uma relação estreita entre pesquisadores e atores, onde todos são sujeitos da pesquisa, em que os primeiros se envolvem nos processos de transformação social enquanto os segundos se envolvem no processo da pesquisa.

A segunda característica da Pesquisa-Ação fala sobre a forma original como o conhecimento que é produzido por meio da interação entre o pesquisador e o ator. Para Thiollent (2011), a pesquisa-ação é capaz de obter informações que tem sua existência vinculada a ações coletivas e concretas, ou seja, é a atuação conjunta entre os sujeitos que constrói o conhecimento original, o que não aconteceria em situações de observação passiva.

A terceira característica da Pesquisa-Ação é a busca por objetivos de conhecimento e objetivos de ação. A pesquisa-ação tem enquanto desafio a passagem da teoria à prática produzindo conhecimentos e promovendo a resolução de situações-problema (Dionne, 2007). Além disso, deve ir além dos objetivos de ação que visam a resolução de problemas práticos, construindo conhecimento a partir de informações sobre a situação (Thiollent, 2011). Segundo Dionne (2007, p. 37), a “[...] pesquisa se apoia em regras metodológicas de caráter científico, ao passo que a ação se constrói com base em processos de planejamento de diversas práticas táticas”.

A quarta característica aborda as estratégias metodológicas necessárias para assegurar a o caráter científico da Pesquisa-Ação.

1. Substituir a neutralidade pelo consenso se faz necessário, para Thiollent (2011), pois a realização da pesquisa-ação deve acontecer por meio de ações coletiva e em situações reais, por isso é importante que a metodologia mobilize o consenso coletivo, gerando informações de qualidade e evitando manipulações.
2. Em pesquisas de caráter qualitativo, como pesquisa-ação, a argumentação é o recurso que substitui a demonstração (presentes nas pesquisas qualitativas).



No campo das ciências sociais “muitas vezes basta uma refutação verbal ou uma boa argumentação favorável que leve em conta testemunhas e informações empíricas” desde que inclua os atores sociais (Thiollent, 2011, p. 39).

3. Diretrizes qualitativas serão responsáveis pela orientação da pesquisa, com tendo sua comprovação fundamentada a partir da argumentação crítica coletiva, que irá estabelecer pontes entre as ideias gerais e a observação concreta (Thiollent, 2011).
4. Adaptação quanto às inferências e generalizações: Enquanto a pesquisa convencional produz conhecimentos generalizáveis, a Pesquisa-Ação busca uma ação específica, porém de impacto teórico, também podendo ser generalizável Dionne (2007).
5. Controle ético: A descrição de um problema irá determinar a ação para sua resolução. Segundo Thiollent (2011, p. 48) é metodologicamente condenável que o ponto de partida seja as exigências normativas, pois “o pesquisador pode ser levado a descrever os fatos de um modo favorável às consequências práticas correspondentes às exigências daquela norma”. Neste sentido, cabe ao pesquisador exercer o controle metodológico, evitando assim efeito de “contaminação”.

A quinta característica da Pesquisa-Ação é a sua função sociopolítica. Para Dionne (2007) a Pesquisa-Ação tem uma função sociopolítica diretamente ligada aos problemas gerados pela dominação social e pelo controle do conhecimento. Segundo Thiollent, por razões éticas e levando-se em conta as desigualdades de acesso ao conhecimento científico, a Pesquisa-Ação deve priorizar as classes populares e as ações de natureza social e solidária.

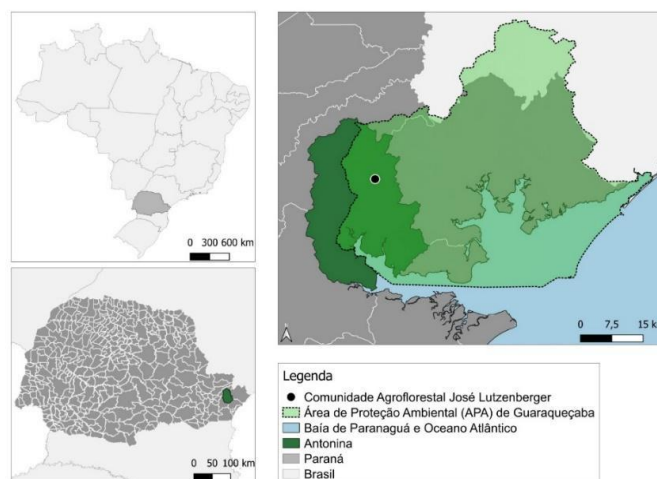
Operacionalização da pesquisa-ação na Comunidade Agroflorestral José Lutzenberger

A Comunidade Agroflorestral José Lutzenberger, está situada no litoral do estado do Paraná, próxima à Comunidade do Rio Pequeno, localizada na zona rural do



município de Antonina/PR (Figura 1). Está inserida dentro da Área de Proteção Ambiental Federal de Guaraqueçaba, unidade de conservação de uso sustentável que faz parte da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, distando 35 quilômetros da área urbana de Antonina e a cerca de 110 quilômetros da cidade de Curitiba (Vaneski; Isaguirre-Torres, 2019).

Figura 1 – Localização da Comunidade Agroflorestal José Lutzenberger no município de Antonina, Paraná



Fonte: Autores, 2023.

A operacionalização da pesquisa-ação foi mobilizada por meio do projeto NAPI Alimento e Território, uma iniciativa que se enquadra no modelo dos Novos Arranjos de Pesquisa e Inovação (NAPI), financiada pela Fundação Araucária e pela Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI). O NAPI Alimento e Território atua no Litoral do estado do Paraná, desenvolvido pela Universidade Federal do Paraná (UFPR Litoral) e Instituto Federal do Paraná (IFPR Campus Paranaguá (Fundação Araucária, 2019, 2023), com uma equipe multidisciplinar formada por pesquisadores de diferentes áreas: Economia, Nutrição, Agronomia, História, Engenharia Florestal, Engenharia Ambiental, Biologia e Geografia.

Levando em consideração as características da Pesquisa-Ação, neste estudo a pesquisa-ação foi operacionalizada através de cinco etapas: 1- Estudo bibliográfico; 2- Reconhecimento do território; 3- Construção do plano de ação; 4- Execução do plano de ação e; 5- Avaliação e análise dos resultados. A partir disso, as atividades de Pesquisa-



Ação realizadas na Comunidade Agroflorestal José Lutzenberger iniciaram-se em setembro de 2023 e seguiram as etapas acima mencionadas, com participação efetiva e coletiva das famílias assentadas.

Na primeira etapa da pesquisa-ação desenvolveu-se um amplo estudo bibliográfico sobre a comunidade envolvendo artigos científicos, dissertações, teses e capítulos de livros, seguida de análise de dados secundários por meio do Censo Agropecuário e dos Cadernos Estatísticos do IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social). Estes estudos iniciais objetivaram entender melhor a comunidade a partir de seu contexto histórico e sua realidade atual.

Posteriormente, avançando para a segunda etapa, realizou-se o contato direto com as famílias assentadas da comunidade através de saídas de campo e rodas de conversa. Nestas oportunidades, dando continuidade à etapa diagnóstica da pesquisa, foram levantados aspectos sociais com ênfase na apresentação da história do território a partir dos olhares e vivências da comunidade.

Ainda compondo esta etapa, um questionário semiestruturado foi elaborado pela equipe de pesquisadores do NAPI abordando os seguintes eixos: história de vida; aspectos sociais; aspectos produtivos e organizativos, agrobiodiversidade e processamento. Este questionário foi aplicado na forma de entrevistas que foram realizadas através de visitas agendadas e organizadas com as lideranças da comunidade de acordo com a disponibilidade de cada família. As entrevistas foram mediadas por duplas da equipe de pesquisa e gravadas quando autorizadas pelas famílias. Posteriormente, foram transcritas a partir da identificação das falas significativas dos atores locais e analisadas por meio das categorias: Potencialidades, Limites e Desafios.

Para a construção do plano de ação, foram realizadas reuniões junto à Comunidade com a finalidade de elaborar coletivamente uma lista de equipamentos para reestruturação da agroindústria e definir os temas para as oficinas formativas. O plano de ação corresponde à terceira etapa da pesquisa-ação, sendo composto por eixos temáticos pensados estrategicamente para organizar o trabalho junto às famílias (Marques *et al.*, 2024). Atualmente, as ações do projeto encontram-se voltadas para a



execução do plano de ação. Esta etapa corresponde à realização de oficinas formativas elaboradas através das temáticas elencadas da etapa anterior.

A quinta e última etapa da Pesquisa-Ação consiste na análise e avaliação dos resultados. Como a Pesquisa-Ação está em andamento, todas as ações são analisadas e refletidas durante as reuniões de equipe realizadas semanalmente.

3.1 Primeira etapa: Estudo Bibliográfico

A partir do estudo bibliográfico foi possível compreender que a Comunidade Agroflorestal José Lutzenberger se identifica enquanto Comunidade Caiçara, identidade cultural formada a partir da miscigenação entre povos indígenas, colonizadores portugueses e povos africanos escravizados (Diegues, 2004), que tem sua existência fundamentada na agricultura, pesca artesanal, extrativismo e artesanato (Silva; Haliski, 2020).

Iniciou-se em 2004, resultado da ocupação de uma área improdutivo por famílias de agricultores que lutavam pelo direito de permanecer naquele território. Determinadas a recuperar terras degradadas pela instalação de pasto de capim tangola (híbrido de braquiária agressivo e resistente a solos com baixa permeabilidade) e pecuária extensiva de bubalinos durante a existência da Fazenda São Rafael de 1985 a 2004, essas famílias marcaram o início de uma jornada de resistência e preservação ambiental ao longo dos últimos vinte anos.

Nesse período, além de enfrentarem investidas de expulsão e processos de reintegração de posse do antigo proprietário da área, também resistiram contra a pressão de ambientalistas conservacionistas, que à época pensavam na proteção da natureza sem as pessoas que nela moravam (Vaneski; Isaguirre-Torres, 2019). Em 2017, a Comunidade recebeu o selo de reconhecimento do Prêmio Juliana Santilli⁴, pela adoção de iniciativas que promovem a ampliação e a conservação da agrobiodiversidade. E em 2022, após anos de resistência e enfrentamento, a comunidade finalmente teve

⁴ Prêmio Juliana Santilli de Agrobiodiversidade tem esse nome em homenagem à pesquisadora, ambientalista, professora, jornalista e promotora do Ministério Público do Direito Federal Juliana Santilli, falecida em 2015.



reconhecido e assegurado pelo poder público o seu direito ao território, sendo consolidada como Assentamento da Reforma Agrária.

Com grande importância no cenário ambiental, a Comunidade traz consigo o firme propósito de ter e manter uma produção inteiramente agroecológica, restaurando a natureza do território a qual pertence (Almeida; Lopes; Costa, 2023). O que justifica a escolha do nome dado à comunidade, que homenageia José Lutzenberger, um importante ambientalista brasileiro, engajado na luta contra o uso indiscriminado de agrotóxicos (Pereira, 2017).

Por estar inserida em uma Unidade de Conservação, a Comunidade adota como estratégia de preservação e conservação do bioma Mata Atlântica os Sistemas Agroflorestais Agroecológicos, promovendo conjuntamente a recuperação da vegetação nativa e das condições de degradação do solo. Portanto, é importante evidenciar que, sistema agroflorestais agroecológicos consistem na dinâmica de desenvolvimento das florestas e combinam em um mesmo espaço o cultivo de culturas agrícolas e árvores nativas de forma simultânea ou escalonada no tempo, sendo referências importantes para associar a recuperação de áreas degradadas e a geração de renda, no mesmo espaço e ao mesmo tempo.

De acordo com a legislação brasileira, os Sistemas Agroflorestais são definidos como sistemas de uso e ocupação do solo em que plantas lenhosas perenes são manejadas em associação com plantas herbáceas, arbustivas, arbóreas, culturas agrícolas, forrageiras em uma mesma unidade de manejo, de acordo com arranjo espacial e temporal, com alta diversidade de espécies e interações entre estes componentes (Brasil, 2009).

A implementação dos Sistemas Agroflorestais enquanto estratégia de produção de alimentos saudáveis na Comunidade exigiu a gestão dos conhecimentos locais, além do trabalho coletivo e participativo. Por meio dos recursos disponíveis na região, essa abordagem promoveu formas de resistência e autonomia no assentamento.

Atualmente, a Comunidade conta com 18 famílias assentadas no território, e se organiza em torno da Associação de Pequenos Produtores Rurais para Sustentabilidade da Mata Atlântica, criada no ano de 2004, no intuito facilitar o acesso a políticas públicas



de comercialização institucional por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). A Comunidade comercializa alimentos minimamente processados como a pupunha, abóbora, mandioca, batata doce e banana nas escolas municipais e estaduais do Litoral Paranaense.

A Comunidade Agroflorestal José Lutzenberger tem sua produção vegetal e a agroindústria certificadas como produção orgânica pelo sistema participativo de garantia (SPG) através da Rede de Agroecologia Ecovida. O grupo de agricultores certificados na comunidade é conhecido pela marca coletiva Filhos da Terra (atualmente conta com onze agricultores) e compõe o Núcleo Maurício Burmester do Amaral⁵ que abrange grupos de agricultores de Curitiba e região metropolitana e Litoral do Paraná.

3.2 Segunda etapa: Reconhecimento do território e aproximação com a Comunidade

Na primeira aproximação com o território, a equipe de pesquisa foi recebida pelas famílias na Comunidade, que apresentaram o território ressaltando seus aspectos históricos, organizativos e produtivos, como pode se observar na transcrição das falas a seguir:

Sobre os aspectos históricos:

Estou aqui desde antes da pecuária de búfalo, desde antes das comunidades existirem aqui [...] A única parte que tem cerca é a agroindústria por causa dos animais, por ter certificação, mas nos demais é aberta. Essa área tem três funções: a primeira é produzir alimentos de verdade, a segunda é a conservação ambiental, que é de onde tem vida. A terceira é a relação social, onde não tem cercas, muros, diferente da propriedade privada. Essa comunidade existe desde antes de 1500. Quando começamos a trabalhar aqui encontramos pedras e artefatos históricos (Assentado 1).

Moro aqui desde o princípio da comunidade. Aqui a gente teve que reaprender a plantar e o caminho é a agrofloresta. Cada dia eu chego na minha agrofloresta e aprendo coisa nova. Plantei a muvuca e hoje vi o girassol virando pro sol. Se eu percebo que nasce essas plantas

⁵ Núcleo formado por grupo de agricultores agroecológicos participativos da Rede Ecovida.



espontâneas é porque tá melhorando. É muito gratificante ver os resultados (Assentada 2).

Sobre os aspectos organizativos:

Hoje temos 18 famílias, dessas 15 são mais participativas e 11 estão na Associação. Estamos em processo de criação da cooperativa para avançar na comercialização da produção [...]. Construímos um estatuto e dialogamos com a comunidade sobre o que é ser eu na comunidade. É preciso compreender o que é o Movimento dos Trabalhadores sem Terra. Nossa construção é na comunidade, é no jeito de viver, e que ela seja isso em si, uma comunidade agroflorestal. (Assentada 3).

Fomos discutindo qual era o projeto que queríamos: agroecologia. Não pode propriedade privada. Agrofloresta como linha de produção. Chegamos nos 20 anos com avanços. Na parte ambiental, recuperamos, está mais conservado. Fomos trabalhando na organização das famílias, além da questão ambiental e a comercialização (Assentado 1).

Sobre os aspectos produtivos:

Tudo que se produz aqui é para alimentação, e o excedente para comercialização. O processo que a comunidade vem construindo dá condições ambientais, sociais e geração de renda para as famílias com a comercialização dos produtos. Não utilizamos agrotóxicos, contribuindo para as pessoas, pescadores, o Rio Pequeno [...]. A parte gostosa é produzir, o resto é incomodação. Agrofloresta não tem receita. Eu planto agrofloresta, minha renda vem da banana, a pupunha é a poupança e ainda tem citros e tubérculos. Aqui tá virando escola, o agricultor tá virando pesquisador. (Assentado 1).

As entrevistas aconteceram com o intuito de visualizar a comunidade nas esferas social, organizativa e produtiva por meio dos olhares e vivências das famílias assentadas e, através de suas falas, identificar especificidades, fragilidades, expectativas e os pontos em comum que refletem as necessidades coletivas. Mapear as potencialidades a partir das percepções dos assentados(as) contribuiu na identificação das aptidões da Comunidade, o que pode favorecer na elaboração futura de alternativas para minimizar as dificuldades e gargalos identificados. Neste sentido, destacou-se enquanto



potencialidades, falas referentes às histórias de vida e habilidades pessoais dos associados, o que os fizeram chegar até a comunidade e contribuir de forma coletiva.

O estabelecimento dos Sistemas Agroflorestais agroecológicos é o grande destaque no que diz respeito às potencialidades da Comunidade, de acordo com as falas dos assentados entrevistados. Para além de um sistema produtivo, é uma forma de bem viver, como se destaca na fala do assentado 4:

A nossa área mesmo é mais agrofloresta, porque nois fomo assentado pela agrofloresta né, vamo fazer agrofloresta e é uma coisa que hoje em dia tá dando renda, é lucrativo [...] É como eu sempre falo, tu não precisa de veneno pra viver. O roundap é pra quem tem preguiça de carpi ou roça, ou de fazer uma cobertura depois de roça. [...] Daqui eu tiro feijão da minha roça. Esse ano eu não pode tirar, porque ficou na outra roça. Deixei o feijão e arroz. Então isso comprei do mercado, mas as frutas tudo daqui, compro nada do mercado, porque são tudo com veneno... ao invés de molhar com água ele molham com veneno [...] A minha fonte de renda era da roça, tudo produção da agrofloresta. A agrofloresta ta de 10 a 15 anos, assim que viemo pra cá já comecei fazer. Porque de lá já tiramo muito banana, muita fruta.

O trabalho nas áreas e quintais produtivos e o retorno financeiro facilitado por esta via foi identificado enquanto potencialidade, principalmente entre as famílias assentadas mais antigas. A fala da assentada 5 demonstra essa percepção:

Eu plantei em dezembro e janeiro abóbora. Em fevereiro eu já comecei a colher abobrinha verde. Então eu já tinha o que entregar, além de banana e cheiro verde. E tem gente que só entrega bananas, e como tem bastante gente que entrega dá umas oito ou nove caixas por morador [...] A semana passada a Vera só conseguiu 5 caixas, e agora essa semana ela disse que conseguiu 9 caixas [...] Eu já nem sei, ainda não fui colher banana, não sei quanto vai dar.

A produção coletiva na agricultura, nos produtos processados, também teve destaque na percepção dos assentados(as), bem como suas expectativas sobre a reestruturação da agroindústria. A fala do assentado 1 reflete a organização coletiva em torno da comunidade e seus sonhos em relação à agroindústria:

Faço parte da coordenação, ajudo nas tarefas do que é coletivo [...] Faço as entregas também. A intenção é que a gente vá colocando mais pessoas né e que essas pessoas também vão se qualificando em alguma frente de trabalho pra dar condição melhor de atividade [...]



Ter as condições que a família tenha um espaço que ela colhe o seu produto e consiga transformar, levar lá pra ser transformado em outra coisa. E que a gente tenha autonomia, o sonho nosso é que cada vez mais a gente tenha autonomia em tudo. Você consiga fazer a parte produtiva, fazer a parte da industrialização e a parte da comercialização. Às vezes são poucos grupos que conseguem fazer isso. Então tem todo o processo, desde a produção até a comercialização. A gente é controlado por nós mesmo, pela comunidade aqui.

A permanência dos jovens na comunidade e a idealização de novas frentes de trabalho também se destacam enquanto potencialidades. O ecoturismo é uma frente bem promissora à qual a juventude da comunidade tem voltado suas atenções. Além disso a presença de jovens comunicativos, engajados e com sentimento de pertencimento pelo território é um diferencial na comunidade.

No que diz respeito às limitações foram apontadas situações em diferentes frentes. Uma delas foi a promessa da escola no território do assentamento, que ainda não aconteceu, como se destaca em outro trecho da fala da assentada 2:

No começo sempre falou que ia ter uma escola aqui dentro. Eu estudei até a quinta série, e eu voltei a estudar, a gente ia no Cachoeira⁶, trabalhava o dia inteiro, ficava numa canseira e ia lá no Cachoeira estudar. Sempre falaram que teria uma escola aqui e até agora nada. Meus filhos estudavam de dia e eu de noite, e ficava numa canseira. Um ano a gente estudou lá, os adultos. Daí agora diz que tá tendo de novo e me perguntaram se eu queria voltar e eu disse que não, pra mim agora chega. A idade não ajuda mais.

Na agricultura foram apontadas limitações relacionadas ao controle de algumas pragas que dificultam o manejo das áreas de agroflorestas e dos quintais produtivos com hortas, como fica claro na fala do assentado 6:

Aqui tem muito problema com o caramujo, aí a cobertura a gente tem que ser bem pensado porque o caramujo acaba se escondendo embaixo e aí às vezes o pessoal prefere não fazer porque o caramujo quando ataca, ataca forte [...] se ele se esconde ali numa noite ele acaba com tudo o que tem.

⁶ Bairro do município de Antonina onde ficava localizada a escola frequentada pelos assentados (as) da comunidade.



Outro apontamento importante dentro das limitações foi direcionado à organização da agroindústria e da associação sendo a gestão e a falta de infraestrutura as maiores dificuldades encontradas, como foi possível destacar da fala dos assentados 7 e 4 respectivamente:

Às vezes as pessoas não se sentem dono (da agroindústria), não tem aquele cuidado, isso faz com que não cuidem também, o medo de falar o que pensa, quando a comunidade é pequena, as pessoas ficam travadas, a liderança tem que saber ouvir, isso é um problema ser exemplo, ser mais correto e justo, o mais possível, hoje você tem que tomar muito cuidado com que você fala, hoje as pessoas sabem dos direitos delas.

A dificuldade agora é montar a agroindústria, porque depois gente pra trabalhar tem, gente pra entregar também, projeto tem. A escola tá dando prioridade para o processado, então acho que não vai ter dificuldade nenhuma, gente pra trabalhar ali tem, nunca faltou gente pra trabalhar, a comunidade se ajuda.

A permanência de famílias recém-chegadas também surgiu em algumas falas enquanto um limite enfrentado pela comunidade. Questões que envolvem vulnerabilidades socioeconômicas foram destacadas em alguns relatos, como nesta passagem da assentada 5:

As pessoas gostam daqui, mas as vezes não ficam por causa de dificuldade com dinheiro [...]. Já vieram muitos jovens, muita gente, mas não fica [...]. Na roça você planta para poder ter dinheiro, não é igual na cidade, que tem dinheiro todo mês, salário. As pessoas vêm e eles acham que vai ter dinheiro rápido [...]. Pra gente, os antigos, não tá difícil, nós temos banana, temos mandioca, uma coisa que a gente pode entregar e receber um dinheiro. E as pessoas que tão chegando agora que ainda vai arrumar a terra para plantar [...] Da turma que veio quando a gente, os antigos, já estava aqui, foram embora não por não gostar daqui, foi por dificuldade com dinheiro mesmo [...].

Outro importante apontamento vindo dos membros da comunidade foi a existência de gargalos na produção, processamento e comercialização dos produtos do território. Foram levantadas pelos entrevistados, questões como a necessidade de assistência técnica para o manejo das áreas produtivas, ausência de meios adequados para o transporte de produtos resfriados e insatisfação em questões ergonômicas associadas principalmente ao processamento manual de alguns produtos. Além disso, a necessidade da capacitação em boas práticas e manipulação de alimentos, bem como



na operação dos equipamentos e manutenção dos equipamentos que serão adquiridos, também foram demandas levantadas pela comunidade.

São inúmeros os desafios que atravessam a comunidade, nos aspectos sociais organizativos e produtivos. Nesse sentido, um dos desafios mais significativos presentes nas falas dos entrevistados abordam questões direcionadas à qualificação e formação da comunidade em relação à agroindústria, bem como a organização de uma frente de trabalho para atuar no processamento de alimentos. Neste contexto, destacou-se a fala da assentada 8:

Eu estou sozinha na agroindústria. A (nome da assentada) que me ajudou agora, na semana passada. Ninguém quer trabalhar lá [...] Eu acho que era bom ter uma oficina para fazer os doces e as geleias, porque tem muita gente que não tem conhecimento, e a gente precisa capacitar pessoas pra poder trabalhar, então eu acho que seria bom uma oficina. Capacitar pessoas para trabalhar nos equipamentos que vão chegar, por exemplo ensinar as pessoas a trabalhar nessas processadoras de pupunha de mandioca, de abóbora. Então tudo isso vai ter que ter um cursinho para as pessoas poderem aprender, porque tem pessoas que não sabem nem ligar uma máquina e nem como fazer para processar.

Tendo em vista as falas significativas destacadas, a equipe do NAPI Alimento e território, por intermédio da pesquisa-ação, pretende agir junto à comunidade no intuito mobilizar os atores locais para que estes tenham autonomia e compreendam a realidade em que estão inseridos e assim construam estratégias de melhorias, tornando-se assim protagonistas da própria pesquisa.

Terceira e quarta etapa: elaboração e execução do plano de ação

Na terceira etapa ocorreram reuniões para a elaboração de um plano de ação. Dentre essas reuniões destacou-se a de elaboração coletiva da lista de equipamentos para reestruturação da agroindústria, que é um dos principais objetivos do projeto NAPI Alimento e Território no núcleo Litoral, como já mencionado anteriormente. Essa construção partiu da análise e do dimensionamento do potencial produtivo da comunidade para que, dessa forma, a aquisição dos equipamentos viabilizada pelo projeto NAPI, acontecesse adequadamente.



A participação e os apontamentos da comunidade trouxeram aspectos importantes como as condições de trabalho e de ergonomia nos trabalhos com processamento na Agroindústria. Questões como capacidade, potência e as dimensões dos equipamentos somadas à prioridade na qual deveriam ser adquiridos, visando a reestruturação da agroindústria, foram as grandes norteadoras deste processo. Neste contexto os equipamentos listados em ordem de prioridade de acordo com a demanda da comunidade foram: 1- Processador de alimentos; 2- Despoldadeira; 3- Tacho de cozimento; 4- Envasador; 5- Seladora de mesa e pedal; 6- Balança 30kg; 7- Balança 300kg; 8- Mesa de manipulação; 9- Mesa de manipulação com prateleira; 10- Liquidificador industrial; 11- Fritadeira; 12- Lavadora de alta pressão; 13- Fogão industrial; 14- Cubas de lavação; e 15- Freezer.

Tendo em vista que a Comunidade tem como carros-chefe a banana, pupunha, abóbora, mandioca e batata doce, a aquisição dos equipamentos elencados na lista acima potencializará a produção de minimamente processados, que atualmente é realizada manualmente. Isso possibilitará ampliação da variedade de produtos escoados pelas atuais redes de comercialização utilizadas, como o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) e PAA (Programa de Aquisição de Alimentos).

Além disso, as espécies nativas da Mata Atlântica como o taperebá, grumixama, condessa e a juçara, presentes no território, podem ser melhor aproveitadas para a produção de polpas de frutas, geleias e doces, valorizando os recursos territoriais, tangíveis e intangíveis, presentes no território (Denardin; Sulzbach, 2019). Esses produtos podem contribuir para a segurança alimentar e nutricional das famílias e se apresentam com potencial para geração de renda para a Comunidade (Denardin; Sulzbach, 2010).

Pensando na organização e no fluxo de trabalho, realizou-se uma reunião onde uma planta baixa da Agroindústria foi apresentada à Comunidade, com a representação dos novos equipamentos, que já foram adquiridos via projeto NAPI, com suas dimensões escala maior. Essa atividade possibilitou simular a disposição dos equipamentos e refletir sobre qual seria a melhor forma de atender às necessidades funcionais da



Agroindústria, visando compreender e preparar o espaço para a chegada dos equipamentos (Figura 5).

Figura 2 – Reunião sobre a organização dos equipamentos na agroindústria por meio de representação da agroindústria e dos novos equipamentos



Fonte: Autores, 2024.

Nas reuniões seguintes foram levantados coletivamente temas para a elaboração de oficinas formativas de acordo com o interesse e necessidade da comunidade. Neste contexto surgiram as oficinas de Troca de Receitas Caiçaras, Boas Práticas e Manejo de Alimentos, Construção dos documentos de Procedimento Operacional Padronizados (POP) e fichas técnicas, Construção do Regimento interno da agroindústria, Precificação, Associativismo e Gestão Participativa.

A quarta etapa se iniciou com a realização de oficinas. Da demanda de se produzir bons produtos na Agroindústria surgiu a ideia de, para além da realização de uma formação em boas práticas e manejo de alimentos, resgatar receitas tradicionais através de troca de saberes e sabores em uma oficina de “Troca de Receitas Caiçaras”. Envolvendo as demais comunidades que fazem parte do projeto de pesquisa no Litoral (Comunidade Candonga em Morretes e Comunidade Caiçara do Guaraguaçu em Pontal do Paraná), esta oficina foi realizada que contou com a apresentação de receitas tradicionais das três comunidades, feitas a partir de produtos que representam culturalmente e historicamente cada território. A atividade formativa contou também com uma mística de abertura que trouxe a presença das crianças da comunidade (Sem



Terrinhas) em um recital de poemas além de uma dinâmica musical que envolveu todos os presentes.

Registros gráficos foram feitos a partir de cartografia social, onde as comunidades envolvidas puderam visualizar através de ilustrações os elementos naturais e sociais representativos de cada região. As receitas foram apresentadas e preparadas durante a oficina, acompanhadas de suas histórias e tradições que eram contadas durante a feitura. Simultaneamente estas receitas eram registradas em uma coletânea, documentada em formato de caderno de receitas, que foi apresentado ao final na oficina (Figura 3).

Figura 3 – Resgates dos saberes, da cultura caiçara e representação dos elementos identitários do território, facilitados graficamente por meio de cartografia social



Fonte: Autores, 2024.

Cumprindo uma outra importante demanda relacionada ao funcionamento da Agroindústria, realizou-se a Oficina para formação em Boas Práticas de Manipulação de Alimentos, organizado em parceria com a SENAR-PR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural do Paraná). Nesta atividade foram discutidas questões relacionadas à manipulação e preparo de alimentos, ressaltando e descrevendo as formas seguras de se conduzir os trabalhos de processamento na Agroindústria, segundo as regras da vigilância sanitária. Os conteúdos abordados foram: contaminação dos alimentos, ambiente de contaminação e cuidados com a água, manuseio do lixo, controle de pragas e



higienização. É importante ressaltar que o acontecimento desta oficina permitiu visualizar novas expectativas da comunidade em relação ao pleno funcionamento da agroindústria, além de sinalizar uma possível formação de uma frente de trabalho direcionada ao processamento dos alimentos.

As próximas ações previstas, ainda dentro da etapa de execução do plano de ação, será a realização de mais algumas oficinas, seguindo as temáticas demandadas pela Comunidade na etapa anterior, as quais: Associativismo e Construção do Regimento Interno da Agroindústria, Rotulagem e Precificação.

Considerações finais

A Comunidade Agroflorestal José Lutzenberger é exemplar no que diz respeito à preservação ambiental, à história do território e à valorização dos saberes tradicionais. Tudo isso é evidenciado na forma como a comunidade se organiza e se movimenta nesses vinte anos de existência e resistência. O elo construído entre as famílias assentadas e o território, o sentimento de pertencimento e a plena noção sobre a importância da conservação da natureza é um diferencial impactante, que traz esperanças em tempos de crises ambientais em decorrência da ascensão do agronegócio.

Inicialmente foi observado pouca aderência das famílias assentadas nas questões que envolviam o trabalho com processamento na Agroindústria, principalmente por parte das famílias mais antigas. No entanto, foi possível notar um significativo aumento da participação social na comunidade por meio das ações desenvolvidas durante a condução deste estudo. Neste aspecto, a pesquisa-ação se mostrou eficiente na construção de ações coletivas que culminaram no aumento da adesão das famílias assentada, que passaram a entender a Agroindústria não só como um meio para fortalecer as potencialidades produtivas da Comunidade, mas também enquanto uma importante ferramenta para o desenvolvimento sustentável.

Nessa perspectiva, as próximas ações previstas junto à Comunidade Agroflorestal José Lutzenberger serão oficinas de Associativismo e Construção do



Regimento Interno da Agroindústria, Rotulagem e Precificação onde a comunidade poderá trabalhar as vulnerabilidades organizativas e fechar arestas relacionadas à gestão.

Agradecimentos

Agradecemos a todas as famílias assentadas da Comunidade Agroflorestal José Lutzenberger pela parceria e colaboração na realização deste estudo e a Fundação Araucária pelo apoio financeiro.

Referências

ALBARELLO, E. P.; ALBERTO JUNIOR, C.; DEPONTI, C. M. *Ativação territorial das agroindústrias rurais familiares na região do Alto Médio Uruguai*. *Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional*, Blumenau, v. 7, n. 3, p. 143-170, 2019.

ALMEIDA, L. S.; LOPES, P. R.; COSTA, R. B. M. L. Assentamento agroecológico agroflorestal José Lutzenberger: uma referência para o desenvolvimento sustentável no litoral do PR. In: NOGUEIRA, C.; ABRAHÃO, C. M. S.; LOPES, P. R. (ed.). *Litoral do Paraná: território e perspectivas: diálogos sobre os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS)*. Cruz Alta: Ilustração, 2023. p. 114.

BOUCHER, François.; GONZÁLEZ Juan. Antonio. R. *Guía metodológica para la Activación Territorial con enfoque de Sistemas Agroalimentarios Localizados*. México/DF: IICA; CIRAD, 2013.

BRASIL. Instrução Normativa Ministério do Meio Ambiente nº 03 de 08 de Setembro de 2009. Dos procedimentos técnicos para a utilização da vegetação da RL sob regime de manejo florestal sustentável. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil** Poder Executivo, Brasília, DF: 09 de Set. Seção I. n. 172, 2009a. p. 64-65.

CARRIÈRE, J. P.; CAZELLA, A. A. Abordagem introdutória ao conceito de desenvolvimento territorial. *Eisforia*, Florianópolis, v. 4, p. 23-47, dez. 2003. Disponível em: https://lemate.paginas.ufsc.br/files/2015/03/revista_eisforia_n4.pdf. Acesso em:

DENARDIN, V. F.; SULZBACH, M. T. Ativação de recursos territoriais: processos de desenvolvimento no espaço rural. In: CURY, M. J. F.; SAQUET, M. A. (ed.). *Territórios e territorialidades: a práxis na construção do desenvolvimento*. Cascavél: Edunioeste, 2019. p. 67-82.

DENARDIN, V. F.; SULZBACH, M. T. Produtos com identidade territorial: o caso da farinha de mandioca no litoral paranaense. In: SAQUET, M. A.; SANTOS, R. A. *Geografia agrária, território e desenvolvimento*. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 219-236.



DIEGUES, A. C. S. *Enciclopédia caiçara: o olhar do pesquisador*. São Paulo: HUCITEC; USP, 2004.

DIONNE, H. *A pesquisa-ação para o desenvolvimento local*. Tradução de Michel Thiollent. Brasília, DF: Liber Livro, 2007.

FRANCO, M. A. S. Pedagogia da pesquisa-ação. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 483-502, dez. 2005. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022005000300011>.

FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA. *Boletim informativo n. 1: NAPI alimento e território*. Curitiba: Fundação Araucária, 2023. Disponível em: https://www.araucaria.pr.gov.br/wp-content/uploads/2023/04/NAPI_Alimento_Territorio_noticia_03.pdf. Acesso em: 14 dez. 2023.

FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA. *Nota técnica n. 01/2019*. Novos arranjos de pesquisa e inovação – NAPI. Curitiba: Fundação Araucária, 2019.

Marques, V. S.; Croda, J. P.; lunes, C. S.; Coimbra, G. B.; Rabello, F. V. F. C.; Moura, C. F. (2024). *Coletivo Agroecologia Paraopeba: trocando saberes nos territórios Sem Terra em Minas Gerais. Cadernos de Agroecologia - Anais do XII Congresso Brasileiro de Agroecologia*, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro - v. 19, n. 1 (no prelo).

MIOR, L. C. *Agricultura familiar, agroindústria e redes no desenvolvimento rural*. Chapecó: Argos, 2005.

MORIN, A. *Pesquisa-ação integral e sistêmica: uma antropopedagogia renovada*. Tradução de Michel Thiollent. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

PECQUEUR, B. O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do sul. *Raízes*, Florianópolis, v. 24, n. 1-2, p. 10-22, jun. 2005. DOI: <https://doi.org/10.37370/raizes.2005.v24.243>.

PEREIRA, E. M. “A década da destruição” da Amazônia: José Lutzenberger e a contrarreforma agrária em Rondônia (anos 1980). *História Unisinos*, São Leopoldo, v. 21, n. 1, p. 26-37, jan./abr. 2007. DOI 10.4013/htu.2017.211.03.

SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SILVA, D. B.; HALISKI, A. M. Diálogo de saberes a partir da comunidade tradicional Caiçara do Guaraguaçu, Pontal do Paraná/PR. *Mundi*, Curitiba, v. 5, n. 1, jul. 2020. DOI: <https://doi.org/10.21575/25254790rmmaa2020vol5n11245>.

THIOLLENT, M. *Metodologia da pesquisa-ação*. 18. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

VANESKI FILHO, E.; ISAGUIRRE-TORRES, K. R. Estado de injustiça e conflito socioambiental: o caso do acampamento José Lutzenberger. *Raega*, Curitiba, v. 46, n. 2, p. 88-100, maio 2019. DOI 10.5380/raega.



VERDEJO, M. E. *Diagnóstico rural participativo: guia prático* DRP. Brasília, DF: MDA; Secretaria de Agricultura Familiar, 2006. p. 6-7.

Recebido em: 30/08/2024

Aprovado em: 10/10/2024